

HABEAS CORPUS Nº 528.149 - SP (2019/0246091-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : LEO CRISTIAN ALVES BOM
ADVOGADO : LEO CRISTIAN ALVES BOM - SP268276
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JHENIFER KERLY DUARTE DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO. NÃO CONHECIMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA CONVERTIDA EM DOMICILIAR. REQUISITOS DA SEGREGAÇÃO. AUSÊNCIA. PACIENTE APRESENTOU-SE ESPONTANEAMENTE À AUTORIDADE POLICIAL MANIFESTANDO DESEJO DE DEIXAR DE TRAFICAR. DROGA APREENDIDA. REDUZIDA QUANTIDADE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não tem admitido a impetração de *habeas corpus* em substituição ao recurso próprio, prestigiando o sistema recursal ao tempo que preserva a importância e a utilidade do *habeas corpus*, visto permitir a concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

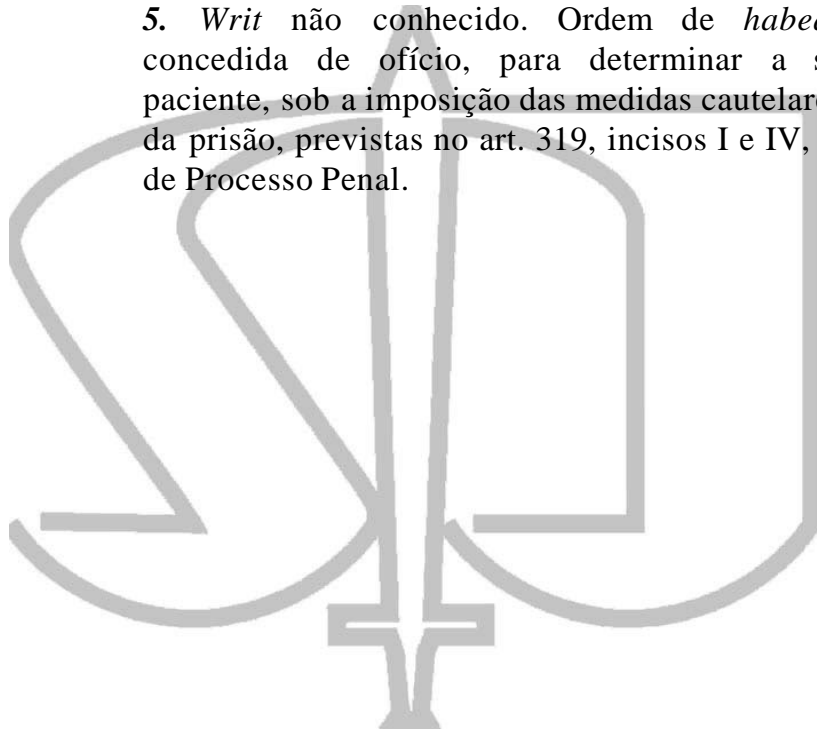
2. É fato que "eventual desobediência das condições da custódia domiciliar importará no restabelecimento da prisão preventiva" (HC 420.764/CE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018).

3. Entretanto, no caso, a prisão domiciliar foi aplicada em substituição a prisão preventiva que nem sequer deveria ter sido decretada, uma vez que a paciente foi presa na posse de 23,25g de cocaína após se apresentar espontaneamente à autoridade policial, confessando o delito e afirmando que deseja parar de traficar.

4. Ademais, a paciente apresenta condições pessoais favoráveis: é primária, ostenta bons antecedentes, possui

residência fixa, tem 19 anos de idade, com filho de 1 ano e 2 meses, e foi presa com reduzida quantidade de droga. Inexiste qualquer elemento concreto de periculosidade ou de reiteração ou mesmo de envolvimento com organização criminosa. No ponto, meras suposições genéricas não servem para justificar o decreto prisional impugnado. Além disso, permanece com sua liberdade restrita desde dezembro de 2018, seja em prisão domiciliar, seja em prisão preventiva, tempo que se revela demasiadamente excessivo em relação à baixa gravidade da conduta perpetrada.

5. *Writ* não conhecido. Ordem de *habeas corpus* concedida de ofício, para determinar a soltura da paciente, sob a imposição das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, incisos I e IV, do Código de Processo Penal.



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido e conceder "Habeas Corpus" de ofício, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

